

Instalada comissão para discutir PEC da Segurança

Professor analisa eficácia da PEC no combate ao crime organizado

Por Gabriela Gallo

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou, nesta quarta-feira (3), os parlamentares que irão comandar a comissão especial que analisará a Proposta de Emenda à Constituição que cria o Sistema Único da Segurança Pública (PEC 18/2025). A comissão especial na Casa será presidida pelo deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA) e, que conduzirá os trabalhos das discussões e análises do texto do relator do projeto deputado federal Mendonça Filho (União Brasil-PE). A PEC da Segurança Pública foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara em julho e agora aguarda aval da comissão especial para seguir para discussão no plenário da Casa.

“São parlamentares com ampla experiência na área, o que garantirá um debate técnico e qualificado. A segurança pública é uma prioridade desta Casa e do povo brasileiro”, defendeu Hugo Motta por meio de suas redes sociais.

Crime Organizado

A decisão foi tomada uma semana após as recentes operações da Polícia Federal (PF) que identificaram atuações do crime organizado na Faria Lima e em empresas ligadas ao mercado financeiro. Nas operações, deflagradas na última semana, as autoridades identificaram um esquema bilionário comandado pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no setor de combustíveis.

Ao Correio da Manhã, o professor de políticas públicas do Ibmec Brasília Eduardo Galvão alertou que as operações mostram que “o crime organizado deixou de atuar apenas nas margens do sistema, para



Deputado Aluisio Mendes presidirá comissão especial que analisará proposta

se instalar no coração do mercado financeiro”. “Não se trata mais apenas de tráfico ou contrabando: vimos organizações criminosas usando postos de combustíveis, fintechs, fundos de investimento e distribuidoras para movimentar dezenas de bilhões de reais. Essa infiltração revela uma nova fase do crime, mais sofisticada, com ‘colarinho branco’ e base nas avenidas mais valorizadas do país”, afirmou o professor.

Ele reiterou que, ao propor a constitucionalização de “um sistema integrado, que une União, estados e órgãos de controle numa mesma engrenagem”, a PEC cria condições para que esses tipos de operações “deixem de ser exceção e passem a ser rotina”. “Um país com dimensões continentais não pode depender de iniciativas isoladas. Precisa de coordenação nacional, padronização de dados e de inteligência compartilhada para atacar as finanças do crime organizado,

onde realmente dói: no bolso”, reiterou Galvão.

O texto

Reformulando as normas de segurança pública nacional, a PEC da Segurança Pública cria o Sistema Único da Segurança Pública (Susp), voltado para combater a criminalidade e o crime organizado. A proposta é desburocratizar e aumentar a eficiência do trabalho das forças de segurança e demais autoridades de combate de organizações criminosas, aproximando os entes federativos com o governo federal.

Para a reportagem, o professor de políticas públicas avaliou que a proposta é efetiva, mas precisa de complementação “para garantir que o país tenha condições não apenas de reagir, mas de antecipar-se ao crime organizado de colarinho branco”. “A PEC acerta ao criar a base, mas ainda precisa ser mais robusta no detalhamento. O que vimos nas operações recentes é que o ponto

Michel Jesus/Câmara dos Deputados

frágil do sistema é a falta de integração financeira em tempo real. Portanto, o texto deveria deixar explícita a obrigatoriedade de interoperabilidade entre PF, Banco Central, CVM [Comissão de Valores Mobiliários], Receita Federal e COAF, com protocolos claros e prazos curtos. Sem isso, o dinheiro continua circulando antes que as autoridades consigam agir”, ele explicou.

“Problemas complexos exigem soluções sofisticadas. É hora de pensar em forças-tarefa permanentes para combater as engrenagens financeiras do crime organizado. O Brasil não pode depender de megaoperações eventuais; precisa de equipes multidisciplinares dedicadas a seguir o dinheiro todos os dias. E, por fim, a PEC deveria reforçar a recuperação de ativos: confisco mais rápido, sanções econômicas efetivas e destinação de parte desses recursos para financiar tecnologia e inteligência policial”, completou Eduardo Galvão.

CPMI do INSS ouve diretora de Auditoria de Previdência da CGU

Por Gabriela Gallo

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dá continuidade aos trabalhos de investigação do caso. Na sessão desta quinta-feira (4), marcada para começar às 9h, os membros da comissão ouvirão a diretora de Auditoria de Previdência da Controladoria-Geral da União (CGU), Eliane Viegas Mota. Ela irá depor como testemunha para esclarecer auditorias feitas pela CGU sobre as fraudes nos descontos automáticos nos benefícios pagos pelo INSS. A comissão ainda votará 56 requerimentos que solicitem informações a diferentes órgãos envolvidos no esquema de desvios ilegais.

De acordo com o relator da CPMI, deputado federal Alfredo Gaspar (União Brasil-AL), a controladoria informou o instituto de previdência social sobre o aumento de casos do tipo em duas ocasiões em julho de 2024.

A Operação “Sem Desconto”, deflagrada pela Polícia Federal (PF) neste ano, contou com auxílio da CGU. Segundo as investigações das autoridade, os documentos eram usados



Depoimentos foram convocados pelo relator da CPMI

para que o INSS descontasse automaticamente da folha de pagamento de aposentadorias e pensões uma suposta mensalidade associativa. Os valores desviados iam para as associações sob justificativa de oferecer serviços diversos aos associados, o que não acontecia. O esquema foi identificado entre 2019 e 2024 e o prejuízo estimado foi de R\$ 6,3 bilhões.

Para além dos desvios ilegais de recursos de aposentados e

pensionistas do INSS, a CPMI também pode estender os trabalhos para outros esquemas criminosos envolvendo benefícios previdenciários. Um desses esquemas é a criação de pessoas fictícias para receber benefícios assistenciais para idosos de baixa renda, criada por um grupo criminoso. De acordo com dados da Operação Egrégora da Polícia Federal, dez idosos se passaram por 40 beneficiários falsos e receberam valores inde-

vidos por quase 20 anos.

Além desse, os membros também devem destrinchar informações da Operação Unblock da Polícia Federal que identificou um esquema em que um servidor do INSS desbloqueou cerca de 70 mil benefícios para contratação de empréstimos, sem a devida solicitação do assegurado.

Requerimentos

Dentre os requerimentos previstos na pauta desta quinta, os congressistas podem votar o requerimento que solicita que o ministro da Controladoria-Geral da União, Vinícius Marques de Carvalho, forneça informações sobre a Associação Mutualista de Benefícios Coletivos.

Também está em pauta requerimentos que pedem informações e dados que a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal (MPF) e a Central Nacional dos Aposentados e Pensionistas do Brasil têm sobre as fraudes. Outro requerimento busca identificar se as entidades fraudulentadoras eram geridas por pessoas fora da lista oficial de sócios, conhecidas como laranjas.

Com informações da Agência Câmara de Notícias e Agência Senado

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Ton Molina/STF



Proposta permite que ex-presidente dispute eleição

Projeto de anistia do PL inclui milícias e fim de inegibilidade

Projeto do PL prevê, além de anistia ampla, geral e irrestrita, o fim de inegibilidades determinadas pela Justiça Eleitoral — o que também beneficia Jair Bolsonaro — e descarta punições até para constituição de milícia privada ligada à atividade política. Encerra também o inquérito das fake news, aberto em 2019 pelo Supremo Tribunal Federal.

Segundo o líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), o projeto foi preparado com a assessoria de um professor de direito constitucional da Universidade de São Paulo (USP) e será apresentado assim que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), decidir votar a anistia. Os dois voltarão a conversar hoje sobre o assunto.

Todo mundo

A proposta anistia todos aqueles que “tenham sido ou estejam sendo ou, ainda, eventualmente, possam vir a ser investigados, processados ou condenados” por diversos crimes. Entre eles, os cometidos contra o Estado Democrático de Direito e listados no Código Penal.

A data

Além de afastar efeitos de condenações, a proposta arquiva inquéritos, investigações e processos criminais em curso que tenham sido abertos a partir de 14 de março de 2019: data do início do inquérito das fake news, focado no “gabinete do ódio” bolsonarista.

Joedson Alves/Agência Brasil



Proposta também liberta condenados pelo 08/01

Anistia para milícia que atentou contra democracia

O projeto, divulgado ontem à tarde no site do Correio da Manhã, prevê anistia até mesmo para casos de “organização criminosa, associação criminosa ou constituição de milícia privada” ligados a crimes de viés político listados em dois incisos anteriores do artigo 1º.

Esses incisos tratam de casos de tentativa de Gol-

pe de Estado ou de abolição do Estado de Direito e das seguintes condutas: ofensa ou ataque a instituições públicas ou seus integrantes, descrédito ao processo eleitoral ou aos Poderes da República, reforço à polarização política, geração de animosidade na sociedade brasileira ou situações de natureza assemelhada.

Crimes futuros

A proposta é muito mais ampla que projetos anteriores apresentados e beneficia todos os investigados, acusados, processados e condenados até a data da entrada em vigor da lei. Até mesmo crimes ainda não cometidos podem ser beneficiados pelo projeto.

Mentira livre

O rol de anistiados inclui também responsáveis por dano contra patrimônio tombado ou da União, incitação ao crime, produção ou veiculação de desinformação ou dados inverídicos em relação a partidos, candidatos, governos, eleições ou agentes políticos.

Devolução

A anistia alcançaria multas e indenizações, efeitos decorrentes de medidas cautelares e liminares, crimes políticos ou conexos, atos diante de quartéis e, especificamente, os “protestos” de 8 de Janeiro. Na prática, devolve o mandato ao ex-deputado Daniel Silveira (PL-RJ).

Crise à vista

A proposta tende a criar problemas até entre defensores da anistia, como o Centrão e, mesmo, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). Eles querem a liberdade de Bolsonaro, mas não a possibilidade de que ele possa disputa a eleição de 2026.